



AS MARCAS DA EXCLUSÃO: PODER E RESISTÊNCIA NO DISCURSO DOS ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, CAMPUS AQUIDAUANA

Daniele Lucena Santos

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

Juvenal Brito Cezarino Junior

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

RESUMO

Nos últimos anos, constatamos que a escola tem vivido inúmeras crises e que uma delas é o alto índice de problemas relacionados à socialização dos alunos, em especial no que se refere à atualização de práticas discursivas que excluem e estereotipam os sujeitos. Diante desse cenário, nosso trabalho tem o objetivo de identificar as marcas de exclusão que se presentificam no discurso dos alunos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IF), *campus* de Aquidauana, e analisar como o sujeito pode ser um agenciador de modos de violência simbólica, atualizando práticas discursivas excludentes. Por meio do método arqueogenealógico de Foucault (2008) e a partir arcabouço teórico da Análise do Discurso de origem francesa (AD), traçando um viés com os Estudos Culturalistas, observamos, portanto, que os sentidos e os discursos de exclusão e de normatização do sujeito não são inéditos, ou seja, no fio histórico são apenas (re)atualizados na sociedade.

Palavras-chave: Exclusão. Resistência. Análise do Discurso.

ABSTRACT

In the last years, we have verified that the school has experienced numerous crises and that one of them is the high index of problems related to the socialization of the students, especially with regard to the updating of discursive practices that exclude and stereotype the subjects. In view of this scenario, our work aims to identify the exclusion marks that are present in the discourse of the students of the Federal Institute of Mato Grosso do Sul (IF), Aquidauana campus, and analyze how the subject can be an agent of modes of symbolic violence, updating exclusive discursive practices. Through the archaeological method of Foucault (2008) and the theoretical framework of Discourse Analysis of French origin (AD), drawing a bias with Culturalist Studies, we observed, therefore, that the meanings and discourses of exclusion and normalization of the subject are not unpublished, ie in the historical thread are only (re) updated in society.

Keywords: Exclusion. Resistance. Speech analysis.

Daniele Lucena Santos é pós-graduanda no curso de Especialização em Docência para a Educação Técnica e Profissional no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, *câmpus* Aquidauana.

E-mail: lucena.ufms@hotmail.com

Juvenal Brito Cezarino Junior é professor mestre no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, *câmpus* Aquidauana. Foi o orientador deste trabalho.

E-mail: juvenal.cezarino@ifms.edu.br



1 AQUIDAUANA: PORTAL DA DIVERSIDADE

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul iniciou suas atividades no município de Aquidauana em setembro de 2010. Nesses oito anos de funcionamento, o *campus* oferece ainda o curso técnico integrado em Edificações na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), cursos técnicos subsequentes presenciais, o Bacharelado em Engenharia Civil, o curso superior de Tecnologia em Redes de Computadores, além da especialização em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cursos de qualificação profissional.

Município com cerca de 50.000 mil habitantes, Aquidauana é uma cidade do interior que possui uma economia baseada na agropecuária e é conhecida como Portal do Pantanal, em razão da variedade de flora e fauna. A condição fronteira, logo, intensifica o fluxo de pessoas, a diversidade cultural e também os embates, as contestações e o estranhamento. Não apenas como um limite, uma divisão, a fronteira é “uma zona híbrida, babélica, onde os contatos se pulverizam” (SANTOS, 1994, p. 49).

O elevado índice de dificuldades de socialização em virtude da diversidade étnica, sexual ou econômica tem se feito presente em grande parte das instituições de ensino, com um significativo aumento no ano de 2002, desencadeando uma realidade que preocupa os educadores e a sociedade que presenciam esse preconceito.

As turmas nas quais realizamos a pesquisa eram formadas por 54 alunos – sendo 28 cursando Informática e 26, Edificações – a maior parte oriunda de classe média baixa, que estudaram em escolas públicas durante o Ensino Fundamental e Médio e com um histórico de exclusão. Alunos que, em busca de um futuro promissor, pleitearam uma vaga na instituição e dedicam-se às atividades, inclusive em período integral.

Por tratar-se de um tema cotidiano, a nossa pesquisa torna-se relevante por compreender que o espaço escolar é, principalmente, um espaço de democracia e de reafirmação das identidades, uma vez que as crises vivenciadas pela escola também neste âmbito de socialização são decorrentes da “dificuldade desta e de seu despreparo para lidar com esse novo agente”. O novo agente em questão é o nosso aluno, sujeito construtor de seus saberes, nascido na/da tecnologia, remanescente de um processo de resistência à universalização de ideias, desobediente aos princípios ordeiros. Esse cenário gera outras problemáticas, formas de produção do conhecimento e de socialização com as quais a escola e os professores, na grande maioria, não estão preparados para dar suporte aos alunos.

2 A PRODUÇÃO DA EXCLUSÃO

O vocábulo exclusão passou a ser utilizado para denominar a problemática que surgiu no final do século XX, motivada pelos fatores sócio-históricos e ideológicos da pós-modernidade: uma nova era baseada nos princípios de trabalho, produção de riquezas e do consumo e que é agenciada por dispositivos de controle. Esse termo pode ser entendido por dois vieses: a exclusão como um processo, pelo qual o sujeito é submetido a diversas situações excludentes, e como um estado, que a partir dos processos de exclusão e da atualização desses discursos são criados estereótipos para o sujeito que se cristalizam na sociedade, como, por exemplo, o de que (todos) os índios andam nus em suas comunidades.

A noção de diferença com caráter segregador é endossada então a partir dessas novas realidades que circundam o sujeito. O sentido dicionarizado do vocábulo exclusão é de “em que há afastamento, exclusão social, política, financeira; não inclusão de algo ou de alguém” (BECHARA, 2011, p. 439). Nesse sentido, o termo tem, como explica Oliveira



(2004, p. 161), sua primeira utilização em uma obra de René Lenoir, datada do final da década de 1960, publicada na França, na qual o autor tratava dos “esquecidos do progresso”, isto é, dos que não se ajustavam às novas ordens políticas e econômicas.

Em seguida, o termo exclusão passou a ser utilizado de maneira indiscriminada em diversas áreas do conhecimento, porém, a ideia essencial de marginalização e de separação de pessoas em razão de quesitos econômicos, classe social e ideologia fazia-se presente. Para essa ideia, COM (2003, p. 09), o relatório da Comissão das Comunidades Europeias, explica que a exclusão é:

[...] Um processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude da sua pobreza, falta de oportunidades de aprendizagem ou ainda por conta da discriminação.

Já Castel (1997), sociólogo francês, vê a exclusão como desfiliação social, mais voltada para o âmbito do desemprego e das realidades que essa ausência cria; a desagregação identitária é a nomenclatura dada pelo estudioso Bauman (2005); a desumanização do outro por Honneth (1992) e a anulação da alteridade no entendimento de Xiberras (1993).

Observamos na sociedade atual que existem as mais diversas manifestações de exclusão como, por exemplo, por conta do peso, da cor da pele, da condição social e/ou econômica e, sobretudo, do gênero, e isso em razão dos padrões estabelecidos pela sociedade hegemônica. Nesse sentido, as variáveis da exclusão são mecanismos eficazes na (re)atualização de discursividades excludentes e violentas, pelos quais os sujeitos internalizaram pré-conceitos e reproduzem

imagens e discursos que empoderam as redes de exclusão. A multidimensionalidade dos processos de exclusão extrapola os limites locais de reconhecimento das condições de privação social vivenciadas pelos sujeitos, fragmentando as lutas sociais em processos reivindicatórios específicos, que necessitam ser ressignificados por novos sentidos globais.

Independente da nominalização, notamos que nas últimas décadas houve um aumento dos casos de preconceito e discriminação¹ em diversos âmbitos, sobretudo no educacional. Frisamos que a escola, de nível fundamental a superior, tem vivido crises e que uma delas é o alto índice de dificuldades relacionados à socialização dos alunos. Constatamos, por meio de um levantamento bibliográfico, que há um significativo número de trabalhos elaborados com a temática exclusão, o que nos revela a preocupação da sociedade em discutir e combatê-la.

Mediante a problemática que se faz presente no IF, *campus* Aquidauana², propomos a realizar uma ação interventiva a fim de desconstruir (in)verdades cristalizadas e chamar atenção para as implicações que estão escamoteadas nos discursos de “inclusão” disseminados na/pela sociedade. Nesse sentido, buscamos identificar as marcas de exclusão que se presentificam no discurso dos alunos dos 5º semestres dos cursos integrados de Informática e Edificações do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* Aquidauana, e analisar como o sujeito pode ser um agenciador de modos de violência simbólica, (re)atualizando práticas discursivas excludentes. Para isso, consideram-se as marcas linguísticas de exclusão e de resistência nesses discursos a partir da perspectiva discursiva e do processo de referenciação

¹ Os termos preconceito, marginalização, segregação e discriminação, ainda que carreguem sentidos diferentes, de acordo com o contexto e bases teóricas, entendemos como formas de exclusão.

² Constatamos essa situação por meio de conversas com alguns professores da instituição.



linguística, com base na interpretação de regularidades enunciativas que nos possibilitam buscar, via materialidade linguística, as condições de produção, as formações discursivas e os interdiscursos visando a uma discussão sobre os efeitos de sentido gerados.

À luz da perspectiva transdisciplinar da Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), utilizamos o método arqueogenealógico de Foucault (2008) para a problematização dos processos de subjetivação dos sujeitos. Sendo assim, possível rastrear suas escolhas discursivas inscritas nas relações de poder. Como arcabouço teórico utilizamos autores como Authier-Revuz (1998), Coracini (2007), Foucault (2008) e Orlandi (2009), que subsidiam as reflexões sobre as condições de produção, formação discursiva, sujeito, interdiscurso, arquivo e memória; além de Bauman (2005) e Canclini (2015) para as discussões sobre identidade e cultura.

Partindo da teoria de Foucault (2012), de que o saber é poder e de que a apropriação do conhecimento cria ferramentas de resistência, nossa hipótese é de que a ação, com caráter preventivo e de intensificação da conscientização dos professores e alunos do IF, fomentará novas práticas discursivas alicerçadas na importância da manutenção da alteridade do sujeito.

3 A AD E OS ESTUDOS CULTURALISTAS: PENSANDO A EXCLUSÃO SOB O VIÉS TRANSDISCIPLINAR

Com o objetivo de analisar o discurso dos alunos dos 5º semestres dos cursos de Edificações e de Informática do IF de Aquidauana, selecionamos 2 recortes, denominados de R1 e R2, retirados de vídeos produzidos em 2018 por esses mesmos alunos para a disciplina de Língua Portuguesa. Os sujeitos serão identificados como E, referindo-se ao entrevistador, e SA1 e SA2, ao Sujeito

Aluno, a fim de manter suas identidades em sigilo.

Sob as lentes da AD, os discursos selecionados constituem arquivos, isto é, um sistema que concebe o enunciado como um acontecimento singular. Esses enunciados estão submetidos às relações de poder e, como onde há poder há resistência, nas palavras de Coracini (2007, p. 17), arquivo é também “o lugar da resistência do sujeito a esse mesmo poder”.

Foucault (2008, p. 133-134) explica que o discurso é “constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. Assim, pensar o discurso é também considerar que a sua produção se dá em uma conjuntura sócio-histórica e ideológica específica, e que sua aparição é sempre recorrente de conflito, instigada por poder e resistência e emergente na descontinuidade.

Para o historiador (FOUCAULT, 2008), o sujeito, sendo uma fabricação do social, pode ocupar várias posições e se identificar com cada uma delas. O que mudará serão as regras, a ordem das discursividades. Nessa perspectiva, os discursos são produzidos em face das posições ocupadas pelos sujeitos, “os sujeitos funcionam pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2009, p. 20). A ideologia, conforme Pêcheux (1988, p. 159), é como um complexo jogo de relações que incitam o sujeito à existência e que determinam historicamente “o que é e o que deve ser” das palavras e dos sentidos a elas conferidos. Ao serem envolvidos por uma determinada ideologia, o sujeito não tem o controle total do seu dizer e dos sentidos que dele emanam.

Isso ocorre em razão das experiências e dos discursos que ecoam no (in)consciente, de já ditos que formam um mecanismo de “filtragem”, de seleção e apagamentos enunciativos acerca de um determinado objeto como, por exemplo, ser homem ou ser mulher.



Essa forma de filtro é que vai construir uma memória discursiva e que permite a compreensão das lacunas para o entendimento.

Contornando os elementos da produção dos sentidos vinculados a uma ideologia e obedecendo as regularidades no funcionamento do discurso e a determinados usos das palavras, é confirmada a existência de uma formação discursiva, subordinada às formações ideológicas. Foucault (2008, p. 43) ressalta que quando se “[...] puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão [...] se puder definir uma regularidade [...] diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva”.

Buscamos encontrar, pelas camadas sedimentares da história, as relações de poder que viabilizam determinadas discursividades e escamoteiam outras. Para isso, utilizamos o método arqueogenealógico de Foucault (2008), que nos permitiu problematizar os processos de subjetivação dos sujeitos e “escavar” os enunciados à procura de regularidades que façam emergir a ordem das escolhas discursivas desses sujeitos.

A discussão desses conceitos é importante, pois subsidia as interpretações sobre a noção de exclusão, uma vez que a entendemos também como resultado do que Lacan (1975) chama de estranhamento, ou seja, um não reconhecimento do outro em razão das representações que construímos desse outro. Ou seja, todas as “ordens” sócio-políticas e econômicas modelam um sujeito, mas quando esse sujeito não as atende é considerado estranho, fora dos padrões.

Diante desse cenário, entendemos que a exclusão é um processo e que as identidades dos sujeitos que a sofrem são fragmentadas, transitando entre os olhares periféricos e hegemônicos, por meios dos quais apreendem o saber e os transformam em resistência, como forma de luta e de fazer-se ouvir na sociedade. Assim, entendemos exclusão sob as lentes de

Bauman (2005), já que a desagregação identitária é resultado dos processos de identificação do sujeito nas tramas da sociedade atual e sob as constantes relações culturais que tece.

Assim, torna-se imprescindível compreendermos a conjuntura da sociedade atual que, na visão de Bauman (2005), é resultado de três fatores: a construção da ordem, o progresso econômico e a globalização. O sociólogo, ao citar a construção da ordem, refere-se aos dispositivos de repressão e de controle como, por exemplo, a escola, os hospícios, as prisões, também chamados por Foucault (2004) de dispositivos que disciplinam e moldam o sujeito. Quanto ao progresso econômico, o autor menciona o capitalismo e a crescente necessidade de consumo da população, já a globalização é entendida como um movimento que gerou a modernidade e a pós-modernidade, momento que vivemos hoje, e que gerou a desestabilização de conceitos que ancoravam as visões de mundo e davam “certeza” ao sujeito. Nas lentes do sociólogo Bauman (2005), a exclusão é, portanto, uma condição que está relacionada aos fatores disciplinares, econômicos e sociais.

Perpassado por inúmeros desencontros e desgastes e pelo “processo agonístico” (BHABHA, 2007), em que os sujeitos enfrentam os conflitos por estarem na relação com o outro, o diferente, emerge um sujeito multifacetado. Inerente ao processo de construção do sujeito, o sociólogo Bauman (2005, p. 17-18) afirma que tanto o pertencimento quanto a identidade não são sólidos, pelo contrário, “são negociáveis e revogáveis”.

Antes de aprofundarmos, é significativo analisarmos a cultura, um viés fundamental que lança luzes para o entendimento dos processos de exclusão e os efeitos de sentido que emanam dos discursos da sociedade.



Na visão de Canclini (2015), a cultura é um processo em constante transformação, a qual, em decorrência da contemporaneidade, não está selada em uma única comunidade. Para o autor, a cultura é um processo que vai iluminar a maneira e as representações que construímos do mundo e do outro. Diante disso, a noção de exclusão deve ser analisada considerando o processo sócio-histórico no qual os sujeitos estão inseridos. Isso equivale a pensar a cultura e as identidades culturais a partir do movimento de hibridização, ou seja, do constante contato, da troca entre os sujeitos, um movimento de encontro entre as diferenças e de constituição de novos sujeitos (CANCLINI, 2015, p. 23). Logo, vivemos em uma época de hibridização cultural e também de conflitos, conflitos estes que resultam nos gestos de exclusão, os quais buscamos analisar.

Nesse sentido, a noção de exclusão pode ser comparada ao caleidoscópio, uma vez que, analisada sob diversos aspectos e variáveis, faz emergir interpretações distintas em razão das condições de produção de cada enunciado, isto é, de cada olhar que lhe é lançado e que promoverá sentido(s) apenas se passar pelo fio da cultura, pelo simbólico, conforme explica Orlandi (2008, p. 233).

4 UM GESTO INTERPRETATIVO

No âmbito federal, políticas públicas estão sendo desenvolvidas com o objetivo de minimizar os problemas causados pelas desigualdades, em especial, aquelas que foram naturalizadas ao longo da história do Brasil. É fundamental ressaltarmos que as leis resultam em uma rede de formações discursivas que se conservam em uma sociedade, uma vez que o discurso da lei promove a (des)(re)construção das identidades e o agenciamento de discursos modalizadores sobre inclusão e exclusão, tendo em vista que “todo arquivo responde a estratégias institucionais de organização e conservação de documentos e acervos, criado,

por meio delas, de gestão da memória de uma sociedade” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 97).

O trabalho de consciência deve ser, assim, discutido no decorrer das aulas, pois a escola é o espaço onde acontecem os debates, momentos de socialização de crianças, adolescentes de diferentes culturas e identidades e é nesse processo que estabelece um convívio social harmonioso ou conflituoso da criança. Dessa forma, cria-se um elo de reconhecimentos de identidade e ocorre o processo do olhar do outro, olhar esse que vai valorizar as habilidades e proporcionar pensamento construtivo, a fim de pertencer a um grupo social engajado no desenvolvimento e no aprendizado, sem desconsiderar as diferenças de raciais e culturais, já que o professor é visto como emissor no ambiente social e é o sujeito capaz de auxiliar na construção de identidade dos alunos (MOITA LOPES, 2006)

Nos vídeos, os alunos foram questionados a respeito do preconceito, se já haviam sofrido um ato de exclusão, em qual ou quais situações isso ocorreu e qual foi a reação. No primeiro recorte, (R1), observamos que a exclusão ainda é recorrente:

R1: [...] E: você já sofreu preconceito?

SA4: **já... sofro até hoje na escola...** por causa (risos)... minha orelha... porque... **geralmente falam que ela é/era/ É grande!**

E: ::: o que você falaria para essas pessoas agora?

SA4: um::: **nada...** eu não dou muita bola pra isso [...]

O verbo sofrer no tempo pretérito condiciona o questionamento ao passado, fato já ocorrido, de certa forma sugerindo que os atos de exclusão não existam mais. SA4, no entanto, é enfático ao responder que “*já... sofro até hoje na escola*”, situando-os no tempo e espaço: “*hoje na escola*”. A sua afirmação contraria a ideia atual de que a escola é um espaço livre e democrático. Há uma virtualidade



nessa concepção, pois o trecho mostra a escola como um espaço conflituoso, no qual o processo de exclusão perdura: o uso do operador argumentativo *até* indica-nos essa prática ininterrupta.

A escola é um espaço sociocultural no qual convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as. O sistema institucional, em especial a escola, como fomentadora do processo educacional, para Foucault (2012, p. 41), “é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. A escola é concebida como um mecanismo de resistência veiculadora de “saber-poder” (FOUCAULT, 2012), ela também é responsável por moldar, recortar os sujeitos de uma sociedade atendendo a uma ideologia dominante.

A fala truncada no trecho “*geralmente falam que ela é/ era/ É grande!*”, demonstra ‘deslizamentos’ de ordem inconsciente e interdiscursiva. Há, portanto, um jogo enunciativo entre o presente e o passado, entre a representação que o sujeito faz de si e a representação do outro sobre si. A fala do outro, ainda que lhe fira, torna-se constitutiva de sua identidade e por mais que ele mencione “*um:: nada... eu não dou muita bola pra isso*” em sua resposta à pergunta: “*o que vocêalaria para essas pessoas agora?*”, essas falhas do inconsciente, fazendo emergir o discurso do outro (sobre a forma pejorativa como se refere a orelha), já expõem que esse *nada* carrega muitos outros sentidos.

Ao dizer “*um:: nada... eu não dou muita bola pra isso*”, a pausa em sua fala é preenchida pela combinação de fonemas (um::) e seu alongamento, que quando pronunciada, permite a (re)organização de seu dizer por meio do acesso à memória discursiva. O termo *nada*,

nesse caso, é uma anáfora encapsuladora que tem como função uma “retomada resumitiva” (CAVALCANTE et al, 2014, p. 80); todavia, com o sentido de escamotear todo o desejo de expor as suas contradições e repulsa pelo que sofreu. O gesto de “*não dizer nada*” também demonstra a condição de assujeitado, aquele que se silencia.

A afirmação de que não há coisa alguma a ser dita às pessoas que praticaram e praticam ações preconceituosas é contradita, uma vez que o sujeito utiliza na mesma proposição o advérbio de intensidade *muito* em “*eu não dou muita bola pra isso*”. Desse modo, o vocábulo *nada* que, como analisamos, tem o sentido de “tudo o que o sujeito já sofreu em situações de exclusão”, é acentuado pelo intensificador *muito*, desvelando, portanto, que o sujeito se importa e, sobretudo, incomoda-se com a condição de excluído. Esse fato é corroborado pelo referente *isso*, que remete às situações vivenciadas, às restrições que sofreu e também ao silenciamento perante a sociedade: o gesto de não as descrever enaltece esse desconforto.

Na sequência, ao questionar se SA5 já havia sofrido algum tipo de desrespeito, o sujeito afirma que:

R2: SA5: já.

E: o que vocêalaria pra essas pessoas?

SA5: já que:: o preconceito é um **desrespeito** com o próximo... pras pessoas tê mais respeito... é:: **porque a pessoa é diferente** ... ela **num qué dizê** que ela:: seja estranha: tipo... **NÃO**... TA... não quer dizê que ela é **errada na sociedade**... então tenha respeito com o próximo.

O sujeito, ao mencionar “*porque a pessoa é diferente*”, apropria-se do discurso do outro e reproduz práticas discursivas que (re)atualizam a diferença com o sentido pejorativo, colocando as pessoas que não são “iguais”, que não seguem o padrão hegemônico às margens da sociedade, estigmatizando-as.



Na atualidade, essas práticas são resultantes dos jogos de poder entrecidos por sujeitos que não estão nas bordas sociais, envolvidos pelo discurso de progresso e evolução e, com isso, criam uma cisão em determinadas representações, uma vez que as representações que os sujeitos criam estão relacionadas aos seus processos de identificação (CORACINI, 2007). A proposição negativa “*num qué dizê que*” corrobora a existência de discursos outros, dos quais SA5 vale-se durante o relato, pertencentes a uma formação discursiva que afirma essa inadequação, essa “diferença”.

O uso recorrente do advérbio de negação “não”, inclusive no trecho no qual o sujeito é enfático “NÃO”, faz emergir, interdiscursivamente, a necessidade de contradizer os discursos que confirmam a diferença. Ao mencionar “*não quer dizê que ela é errada na sociedade*”, é corroborada a presença de dizeres que segregam pessoas e as colocam em condição de excluídos, de erradas e fora dos padrões eleitos pela hegemonia.

(IN)CONCLUSÕES

Observamos que os efeitos de sentidos são produzidos ideologicamente com a finalidade de manifestar a discriminação. No âmbito da diversidade, a escola é tida como um dos principais locais em que a discriminação, a exclusão ocorre, muitas vezes, camuflada por efeitos de sentidos atravessados por valores ideológicos construídos culturalmente ao longo da história.

As práticas discursivas excludentes colocam esses sujeitos em um “entre-lugar” (BHABHA, 2007), em uma condição de dispersos. As suas identidades logo tornam-se híbridas, colam e se descolam seguindo as suas aspirações e vão se transformando a cada obstáculo, em cada gesto de resistência e

exercícios de poder. A busca da completude e da aceitação das diferenças faz com que o sujeito trave um conflito entre a sua própria aceitação e a busca pela aceitação do O(o)utro – o seu próprio inconsciente e o outro sujeito.

Um dos destaques nesta pesquisa é a diferença vista e interpretada como “defeito”, ou seja, aquilo que não é padronizado ou de acordo com as prescrições sociais que determinados sujeitos adquirem como verdade absoluta é visto como defeito. Evidencia-se assim a negação da presença de culturas outras e da estigmatização de padrões sociais.

Constatamos, todavia, que, por meio da apropriação do conhecimento, os sujeitos que sofrem esses gestos de violência criam ferramentas de resistência, buscando fomentar novas práticas discursivas alicerçadas na importância da manutenção da alteridade do sujeito.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BECHARA, E. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glaucia Renate Gonçalves. 7. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a



“desfiliação”. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CAVALCANTE, M. M et al. *Coerência, referenciação e ensino*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

COM. COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social (2003-05)*, Bruxelas, 12/12/2003, COM (2003) 773 Final, 2003.

CORACINI, M. J. R. F. *A Celebração do Outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), prulinguismo e tradução*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999.

_____. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19 ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HONNETH, A. Integrity and disrespect; principles of a conception of morality based on the theory of recognition. *Political Theory*, [S.l.], v. 20, n.2, p. 187-201, 1992.

LACAN, J. *O Simbólico, o Imaginário e o Real (1953)*. Em Nomes-do-Pai. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

MOITA LOPES, Luiz P. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial. 2006.

OLIVEIRA, A. da R. Sobre o alcance teórico do conceito de “exclusão”. *Civitas*, Porto Alegre, v. 4, nº 1, jan-jun. 2004.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista - Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

_____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 1994.

XIBERRAS, M. *As teorias da exclusão; para uma construção do imaginário do desvio*. 2.ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

ZOOPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do *corpus* discursivo e sua interpretação/interpretação. In: GUIMARÃES, E; PAULA, M, R, B de (Orgs). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005, p. 93-113.

Como citar este artigo (ABNT NBR 60230)

SANTOS, D. L.; CEZARINO JUNIOR, J. B. As marcas da exclusão: Poder e resistência no discurso dos alunos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, n. 4, p. 24-32, 2017.